

V Congresso de Arqueologia Interior Norte e Centro de Portugal



V Congresso de Arqueologia Interior Norte e Centro de Portugal

**FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, MEDA,
PINHEL E VILA NOVA DE FOZ CÔA,
13 A 16 DE MAIO DE 2009**

Dando continuidade aos congressos que a ACDR de Freixo de Numão e o Parque Arqueológico do Vale do Côa têm vindo a organizar, realizou-se entre 13 e 16 de Maio de 2009 o 5.º Congresso de Arqueologia, que procurou divulgar e debater a investigação que decorre na região. A Direcção Regional de Cultura do Norte juntou-se à iniciativa, promovendo a edição das Actas das Sessões, essencial para a real divulgação dos conteúdos, valorização do património e dos conhecimentos.

Sessões:

- ▶ Arte Rupestre e Pré-História
 - ▶ Proto-História e Romanização
 - ▶ O Período Medieval e Pós-Medieval
 - ▶ Museus e Dinâmica Cultural das Regiões
-

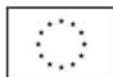
Organização do Congresso:

Parque Arqueológico do Vale do Côa
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Apoio à Organização e Entidades financiadoras:

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
Câmara Municipal de Meda
Câmara Municipal de Pinhel
Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo

Entidades financiadoras da Edição:



União Europeia
FEDER
Investimentos no seu futuro

Fotografias capa:

ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA,

DALILA CORREIA,

JOÃO ROMBA,

JOSÉ PAULO RUAS,

MÁRIO REIS

JPR	JPR	JPR	JR
JR	JPR	JPR	JPR
DC	AMB	JPR	MR

Em 2003 a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão organizou o primeiro Congresso de âmbito regional que viria a ter continuidade nos anos seguintes. Em 2006, o Parque Arqueológico do Vale do Côa e o Centro Nacional de Arte Rupestre associaram-se à organização e as três entidades, com o decisivo apoio dos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, organizaram o 3.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. O Congresso decorreu entre 16 e 18 de Maio de 2006 naqueles três municípios, integrando 6 sessões. As actas foram publicadas numa edição viabilizada pela AIBT do Vale do Côa.

O 4.º Congresso revestiu-se de um formato diferente, um Fórum de Valorização e Promoção do Património Regional, que teve lugar nos dias 28, 29 e 30 de Junho de 2007, nos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, os quatro concelhos que integram o Parque Arqueológico. As actas foram publicadas pela ACDR de Freixo de Numão, com financiamento da AIBT do Vale do Côa e das autarquias envolvidas.

Em 2009, de 13 a 16 de Maio, realizou-se, nos mesmos municípios, o 5.º Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal, organizado pela ACDR de Freixo de Numão e Parque Arqueológico do Vale do Côa cujas actas são agora dadas à estampa pela Direção Regional de Cultura do Norte.



9 789896 581848

título

Actas do V Congresso de Arqueologia – Interior Norte e Centro de Portugal

coordenação

Miguel Areosa Rodrigues
Alexandra Cerveira Lima
André Tomás Santos

autores

AA VV

capa

Ana Sarmento

composição gráfica

Ana Sarmento

data de edição

1.ª edição, Dezembro de 2011

ISBN

978-989-658-184-8

depósito legal

?????/??

edição



Caleidoscópico – Edição e Artes Gráficas, S.A.

Rua de Estrasburgo, 26 – R/c Drt.º

2605-756 Casal de Cambra · Portugal

Tel.: (351) 21 981 79 60 · Fax: (351) 21 981 79 55

e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt

www.caleidoscopio.pt

DIRECÇÃO REGIONAL
DE CULTURA DO NORTE

Apoios



União Europeia
FEDER
Investimos no seu futuro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO.....	9
PROSPECÇÃO DA ARTE RUPESTRE DO CÔA: PONTO DA SITUAÇÃO EM MAIO DE 2009 Mário Reis.....	11
CRUZANDO OCUPAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS E ARTE RUPESTRE NO VALE DA RIBEIRA DO MOSTEIRO: DADOS DA PRIMEIRA CAMPANHA S.S. Figueiredo, R. Gaspar, P. Xavier.....	125
UMA OCUPAÇÃO DO NEOLÍTICO FINAL/CALCOLÍTICO NA QUINTA DE SÃO TIAGO (DOMINGUIO – COVILHÃ) Júlio Manuel Pereira, António Sérgio dos Santos Pereira.....	161
AS CERÂMICAS DO TERCEIRO E SEGUNDO MILÉNIOS A. C. DE CASTANHEIRO DO VENTO (HORTA DO DOURO, VILA NOVA DE FOZ CÔA) Ângela Carneiro.....	187
INDÍCIOS DE VITRIFICAÇÃO DA MURALHA PROTO-HISTÓRICA DO SABUGAL VELHO Marcos Osório, Paulo Pernadas.....	219
OUTEIRO LESENHO (BOTICAS): INTERVENÇÕES RECENTES NO POVOADO PROTO-HISTÓRICO Carla Maria Braz Martins, Gonçalo Passos Correia da Cruz, João Fonte.....	239
ARTE RUPESTRE DE BRITEIROS. INVESTIGAÇÃO E POSSÍVEL MUSEALIZAÇÃO Gonçalo Passos Correia da Cruz, Daniela Dolores Faria Cardoso.....	255
UMA “NOVA VIA” NA VELHA REDE VIÁRIA ROMANA DE MANGUALDE António Luís Marques Tavares.....	273
EXPLORAÇÕES AURÍFERAS NO ALTO DOURO PORTUGUÊS (ENTRE A FOZ DO RIO TUA E BARCA DE ALVA) Francisco Sande Lemos, Carla Maria Braz Martins.....	293
“PELA BEIRA INTERIOR NO SÉCULO I D. C. – DAS CAPITAIS DE <i>CIUITATES</i> AOS <i>UICI</i> , ENTRE O PÔNSUL E A ESTRELA” Pedro C. Carvalho.....	317

VALE DO MOURO (CORISCADA – MÊDA) – PONTO DA SITUAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO DE 2003 A 2009 António Sá Coixão, Tony Silvino, Pedro Abrunhosa Pereira.....	335
O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE S. GENS (SANTA MARIA, CELORICO DA BEIRA) – NOTÍCIA PRELIMINAR DA CAMPANHA DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS REALIZADA EM 2008 António Carlos Marques, Catarina Tente.....	339
O MONTE DA SR. ^a DO CASTELO EM TEMPOS MEDIEVOS. ANÁLISE DO ESPÓLIO EXUMADO Carla Maria Braz Martins.....	357
GEOGRAFIAS E ESTRATIGRAFIAS INTERPRETATIVAS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO DOS PAÇOS (SÉCS. XV-XVI) Salete da Ponte, Rui Ferreira, Maria José Bento.....	379
A ARQUEOLOGIA ICONOGRÁFICA DA (I)MATERIALIDADE DOS ARTEFACTOS CERÁMICOS DA “PEDRO DIAS” Salete da Ponte, Judite Miranda, Ricardo Triães, Rosa Vieira.....	387
A ABERTURA DO TÚNEL DE LA CARRETERA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA DO DOURO EM TERRITÓRIO SALMANTINO: ABROLHOS E SOLUÇÕES COM UM TERRÍVEL DESASTRE DE PERMEIO Carlos d’Abreu, Emilio Rivas Calvo.....	397
O CINEMA NO DISTRITO DA GUARDA – NOTAS PARA UMA ARQUEOLOGIA DA COMUNICAÇÃO António Alberto Rodrigues Trabulo.....	439
ESBOÇO DE UMA POLÍTICA EDUCATIVA PARA O MUSEU DO CÔA Marta Mendes.....	463
PROJECTO DE CRIAÇÃO DE NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS E/OU CENTROS DE INTERPRETAÇÃO NA ÁREA DOS CONCELHOS DE VILA NOVA DE FOZ CÔA E MÊDA António do Nascimento Sá Coixão, Sandra Naldinho.....	479
O MUSEU DO SABUGAL E O SEU PAPEL NA DINÂMICA CULTURAL DO VALE DO CÔA Carla Augusto, Jorge Torres.....	507
AS EXPECTATIVAS DA “RENTABILIDADE SOCIAL” DA PAISAGEM NO ÂMBITO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO DAS “PAISAGENS/ESPAÇOS CULTURAIS” José Paulo Francisco.....	519
CARTAS ARQUEOLÓGICAS E CARTAS PATRIMONIAIS COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL. A PERTINÊNCIA, OU NÃO, DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA? Fernando Pau-Preto.....	533

EXPLORAÇÕES AURÍFERAS NO ALTO DOURO PORTUGUÊS (ENTRE A FOZ DO RIO TUA E BARCA DE ALVA)

Francisco Sande Lemos*, Carla Maria Braz Martins**

Resumo

Na *Tabula* de Bronze de Bembibre (Bierzo), imediatamente posterior à conquista do Noroeste Peninsular por Augusto, está registada uma província *Transduriana*. Este projecto de uma nova unidade político-administrativa, que acabou por não perdurar, é um reconhecimento da individualidade do Noroeste e dos seus recursos específicos. Aliás, de acordo com vários autores, os recursos metalíferos podem ter sido uma das principais motivações das campanhas militares que incidiram sobre um território montanhoso e acidentado. Desde a *Callaecia* Setentrional às arribas do Douro, os vestígios da actividade mineira da época romana são abundantes, em particular a exploração aurífera, nalguns casos marcando de forma assinalável a paisagem como em Três Minas/Jales (Vila Pouca de Aguiar – Vila Real) ou em Las Médulas (Bierzo – Castilla/Léon), noutras mais discretos, mas não menos interessantes, como em Piño del Oro (Comarca de Sayago – Zamora) ou em Urros (Torre de Moncorvo – Bragança) (ambos situados na margem Norte do Douro). De um modo geral, o estudo completo das frentes de mineração do Noroeste, salvo algumas zonas muito específicas, está por realizar.

No Alto Douro (Português) conservam-se vários indícios de trabalhos mineiros para obtenção de ouro e estanho, quer em jazigos primários (desmontagem de filões de quartzo), quer em jazigos secundários (sedimentos de terraços fluviais).

Neste trabalho apresenta-se uma perspectiva global das explorações mineiras auríferas já identificadas entre a foz do rio Tua e a do Águeda.

No âmbito dos jazigos primários, são descritas as frentes de extracção de Urros (Torre de Moncorvo), da Quinta da Ribeira e Selores (Carrazeda de Ansiães – Bragança), e da Quinta do Vesúvio (Vila Nova de Foz Côa – Bragança), bem como diversas hipóteses de explorações dispersas, tanto na zona do Monte Meão como a Norte de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). No quadro dos jazigos secundários, são analisados os indícios

* Arqueólogo.

** Investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/2011.

(muito alterados pelo plantio da vinha) detectados nas formações fluviais pleistocénicas do Pocinho (Vila Nova de Foz Côa), da zona de confluência entre os rios Douro e Sabor, bem como em Barca de Alva.

Por último o estudo da mineração apresentado será contextualizado, de forma breve, na rede viária romana e povoamento do Alto Douro (Português) (entre o Tua e o Águeda), trabalho facilitado pelos estudos disponíveis, designadamente a Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa da autoria de António Sá Coixão.

Palavras-Chave: Exploração, povoamento, rede viária, época romana.

Abstract

In the *Tabula* of Bembibre (Bierzo), after the conquest of the Northwest Peninsula by Augustus, is registered the *Transduriana* province. This project of a new political-administrative unit, which turned out not to last, is a recognition of the individuality of the Northwest and its specific features. Moreover, according to several authors, the metalliferous resources may have been one of the main aims of the military campaigns in this mountainous and rugged territory. Between the Northern *Callaecia* to the Douro river, the remains of mining exploration from Roman times are abundant, particularly gold mining, in some cases marking deeply the landscape like Três Minas / Jales (Vila Pouca de Aguiar – Bragança) or Las Médulas (Bierzo – Castilla/Léon), other less conspicuous but no less interesting, as in Pino del Oro (Comarca de Sayago – Zamora) or Urros (Torre de Moncorvo – Bragança) (both located on the north bank of the Douro). In general, the complete study of the mining fronts of the Northwest is to be done. In the Alto Douro (Portuguese), there are numerous mining works in order to obtain gold and tin, either in primary deposits (removal of quartz veins) or in secondary deposits (sediment of river terraces). This paper presents an overview of the mining gold explorations already identified between the Tua and Águeda rivers. Concerning the primary deposits, are described the fronts of extraction in Urros (Bragança), Quinta da Ribeira and Selores (Carrazeda de Anciães – Bragança), and Quinta do Vesúvio (Vila Nova de Foz Coa), as well as scattered ones in the area of Monte Meão and a North of Freixo de Numão. Concerning the secondary deposits, we analysed the fronts of exploitation in the Pleistocene formations of the Pocinho river (Vila Nova de Foz Côa), and in the area between the rivers Douro and Sabor, and in Barca de Alva.

Finally, the study of mining will be framed in the Roman road net and contextualized by settlement of Alto Douro (Portuguese) (between Tua and Águeda).

Keywords: Mining exploration, settlement, road net and Roman period.

1. Contexto geológico e geomorfológico

O rio Douro, depois de inflectir para Oeste, em Barca de Alva, insere-se num contexto geomorfológico muito particular, dividindo a Beira Interior Norte do Nordeste Trasmontano.

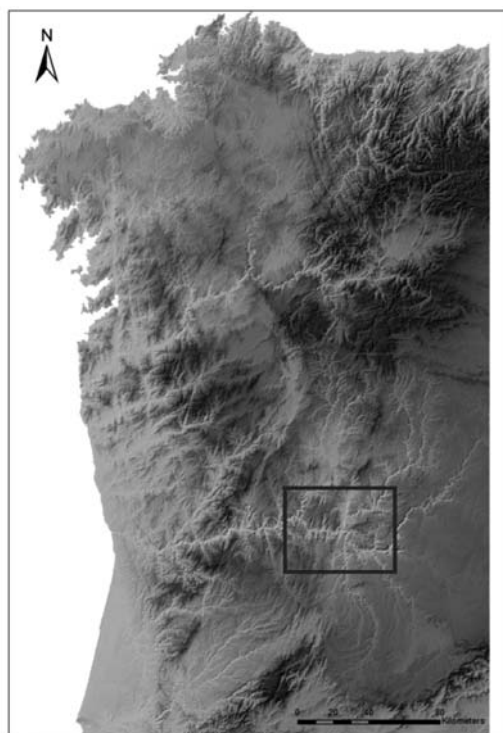


Fig. 1 – Localização da área de trabalho.

Beira Interior Norte

Na faixa interior central há uma marcada diferença de altitude entre o Norte e o Sul, assinalada pela Serra de Malcata (altitude máxima 1259 m) (Sabugal) e pelo Planalto da Guarda (950 m). Nalguns pontos este degrau proporciona panorâmicas espectaculares sobre a Cova da Beira (cerca de 500 m). A Norte da Malcata e da Guarda, ou seja o espaço designado como Beira Interior Norte, região estudada em pormenor pelo mais eminente investigador português de geomorfologia, António Brum Ferreira (2005), o espaço possui um desenho específico e individualizado. Destacam-se dois elementos orográficos: o rebordo ocidental da Meseta; e um dos mais longos e destacados eixos

tectónicos do Norte de Portugal, orientado Sul-Norte, a depressão Manteigas – Bragança. A superfície da Meseta está ligeiramente balanceada para Norte, descendo de uma cota média de 900/850 metros na Guarda e Sabugal, para 600 m em Almendra, e 450 m em Vila Nova de Foz Côa. Esta inclinação suave favoreceu uma drenagem hierarquizada, formando-se as bacias do Águeda, do Côa e do Tejo. Quanto ao referido eixo tectónico, ainda activo, prolonga-se da Cordilheira Central (Serra da Estrela, Manteigas) até aos contrafortes meridionais da Serra de Montezinho (Portelo, extremo Norte do distrito de Bragança). Esta depressão tectónica que limita a Meseta Ocidental, embora acentuada, é mais estreita a Sul do que a Norte do Douro pelo que não capturou o trecho final do Côa, ao contrário do que aconteceu com o Sabor, de modo que há uma curiosa assimetria entre as duas margens do Douro. Por outro lado, apesar do espaço entre o Côa e o Águeda ser uma superfície quase plana, não faltam relevos residuais, que se elevam sobre os terrenos circundantes, como o Monte de S. Gabriel (652 m) ou mais a Sul, a Serra da Marofa (cota máxima 975 m).

Ainda a Sul do rio Douro e a Oeste do profundo entalhe tectónico drenado pela Ribeira da Vila, estende-se uma plataforma dominante, com centro em Freixo de Numão, mais elevada que a de Foz Côa, com altitude média de 600 metros, cota que se prolonga até ao Douro formando-se vertentes muito abruptas. No entanto, o altiplano de Foz Côa, apesar da sua menor altitude marca a paisagem, pois configura um amplo promontório sobre o Douro, cortado a Leste pelo vale do Côa e a Oeste pelo citado eixo tectónico.

Nordeste Transmontano

Para Norte do Douro, a oriente da foz do Tua, eleva-se o planalto de Ansiães, granítico e balanceado para Nordeste, em patamares sucessivos, descendo de uma cota média de 800 metros (junto ao Douro) até 650/600 metros. Destacam-se vários cumes acima dos 800 metros, incluindo o Castelo de Ansiães (815 m), lugar chave do controlo visual deste vasto espaço. Talvez por esse motivo acumularam-se, nesse cimo, estratos de diversas épocas: Calcolítico, Bronze Final, Ferro Antigo, Idades Média e Moderna (Lemos, 1993). No extremo Noroeste do planalto eleva-se um conjunto de relevos residuais formando a pequena Serra do Faro (822 m). Num desses cumes fica o santuário da Senhora da Assunção (772 m), dominando a plataforma envolvente de 600 metros de cota média. A Sudeste, o Planalto de Ansiães termina numa imponente escarpa de falha, que desce ao Vale de Vilariça, verificando-se uma diferença de 400 metros, entre o topo e a Foz do Sabor (100 m).

A ampla depressão, designada Vale da Vilariça, onde se misturam as águas da Ribeira da Vilariça e do rio Sabor desenvolve-se para Norte da foz do Sabor prolongando-se em cerca de 22 km até ao sopé da Serra de Bornes. Entre a escarpa Leste do Vale da Vilariça

e o profundo corte produzido pelo rio Sabor, fica o planalto da Adeganha (cota média 650/550 m) que corresponde a uma antiga superfície embutida. Para Nascente do Sabor, eleva-se o rebordo Ocidental da Meseta (média 700 m) e, sobre este, o relevo residual designado genericamente como Serra de Roboredo (cota máxima 920 m), formado por quartzitos e hematites. A Sul da Serra de Roboredo destaca-se outra superfície plana, embutida (cota média 500 m) cortada pelo vale do Douro e que termina em Urros. Para Sudeste confina com uma plataforma ligeiramente mais alta (550 m), onde fica Freixo. Entre as duas corre a Ribeira do Mosteiro e ergue-se o maciço do Penedo Durão (quartzítico; cotas máximas 760 m a Oeste e 730 m, a Leste), sobranceiro a Barca de Alva e ao cotovelo Sul do Douro Internacional, o supracitado ponto onde o rio inflecte para Ocidente.

A Norte do Douro a maior altitude quer do Planalto de Ansiães, quer da Serra do Roboredo, determinou uma sequência de pequenos cursos de água autónomos, marcados por uma profunda erosão regressiva, opondo-se assim ao espaço a Sul do Douro, onde se formaram as amplas bacias de drenagem já referidas (Águeda, Côa e Teja).

Um outro aspecto a considerar é a litologia em que predominam, na faixa mais Ocidental os granitos (altiplanos de Ansiães e de Freixo de Numão) e a Leste o complexo xisto-grauváquico. Por outro lado a morfologia é algo simétrica nas duas margens do Douro, entre a foz do Tua e a do Sabor. Contudo o Castelo de Numão (624 m) fica a uma cota inferior a Ansiães (815 m). O relevo mais alto, a Sul daquele rio é o Cabeço do Mel (cota 733 m).

Em síntese, o vale do Douro no sector entre a foz do rio Tua e do Águeda possui características peculiares. Em nenhum outro sector do curso final do Douro se conjugam, de forma tão marcada, diferentes unidades: o rebordo Ocidental da Meseta, um profundo eixo tectónico orientado SE/NO, os planaltos e as montanhas do interior, bem como imponentes relevos residuais (“inselbergs”). Constituiu-se, assim, uma faixa de grande complexidade geológica e orográfica.

2. Mineração aurífera

A pesquisa e extracção de ouro na época romana não se cingiu às extensas explorações que se observam nos Montes Aquilianos e de um modo geral no Bierzo, no Vale do Duerna, na Serra da Padrela (Três Minas/Jales) ou no Vale Superior do Terva (para apenas referirmos alguns exemplos, no quadro global do Noroeste da Península Ibérica). O território conquistado por Augusto, nas últimas décadas do I milénio a. C. foi intensamente prospectado, tanto mais que por Direito era propriedade do imperador (Orsted, 2001). Foram depois estabelecidas frentes de exploração sempre que os jazigos primários e secundários

permitted a minimum production of gold, considered as profitable due to the investment technical. The necessary labor was granted by the *civitates* in whose term were the mines (Sánchez-Palencia, Orejas e Fernandez-Posse, 1994; Lemos e Martins, 2008), so that its cost does not influence the calculation of the value of a determined exploration.

In the sector of the Vale do Douro analyzed in this work, the zone between the mouth of the Tua and the Águeda, conserve-rem vestiges of mining activity Roman both in secondary as primary.

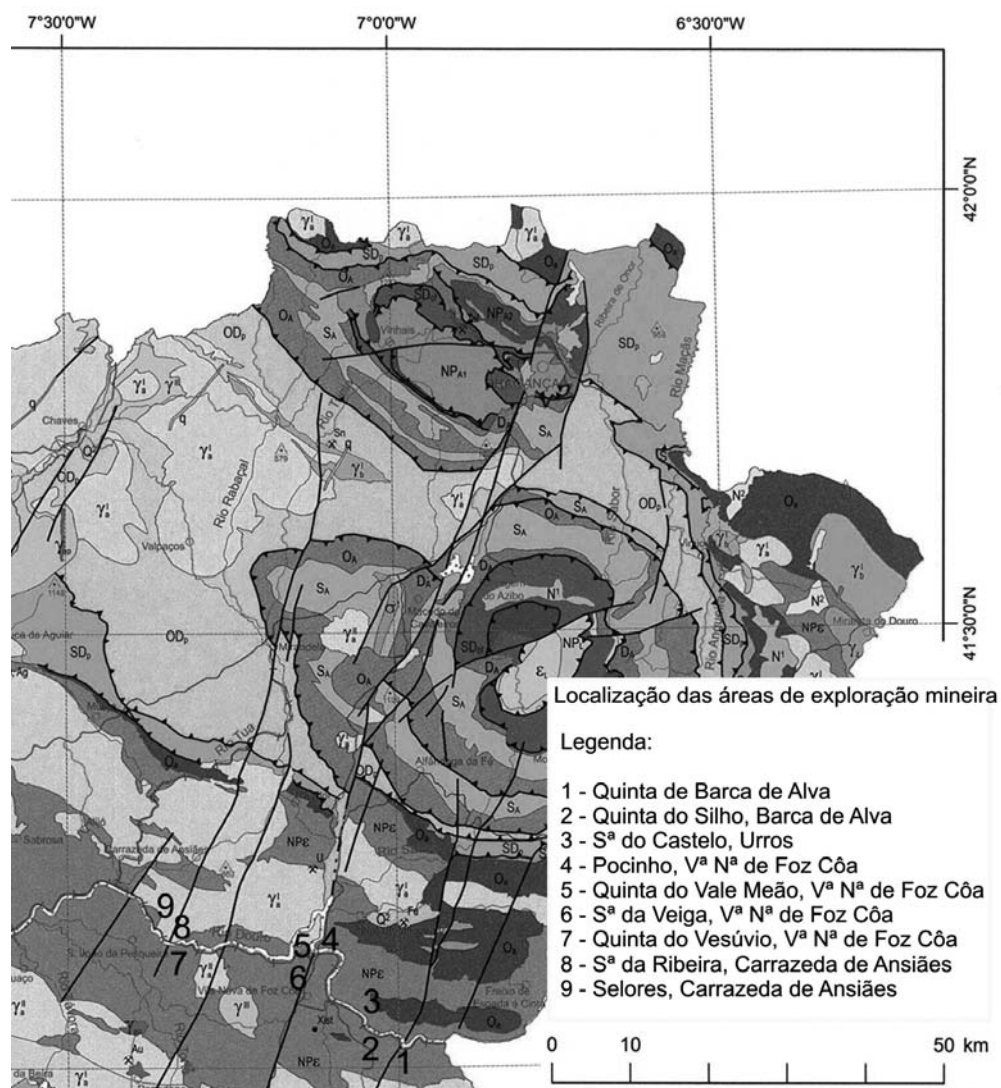


Fig. 2 – Localização das explorações auríferas na Carta Geológica de Portugal, à escala de 1: 1 000 000 (LNEG, 2010).

Do bateamento das areias depositadas pelo rio não se identificaram indícios, embora se admita que as praias fluviais seriam pesquisadas. Talvez mais com intuito de se obter dados sobre o potencial de eventuais jazigos primários existentes na bacia drenada pelos afluentes do Douro. Porém, não se pode afastar a hipótese do aproveitamento económico do ouro residual contido nas areias. Só um estudo exaustivo, prévio à construção das barragens do Douro, teria permitido verificar se existiram sistemas de captação de água (represas e levadas) encaminhada para poços escavados na rocha onde os sedimentos ficavam retidos.

Quanto aos terraços fluviais pleistocénicos são vários os indícios que revelam o desmonte das cascalheiras e leitos arenosos, a fim de se triturar e lavar os sedimentos ou extrair a ganga colada a blocos ou calhaus de quartzo. De um modo geral, as formações fluviais eram ciclicamente retomadas pelo rio, à medida que este aprofundava o seu leito, de modo que parte dos minérios se soltavam dos elementos em que estavam inseridos.

Distinguem-se evidências do desmonte de terraços quer na zona do Pocinho (Vila Nova de Foz Côa), quer em Barca de Alva (Figueira de Castelo Rodrigo). Todavia, o plantio de vinha, em especial nestas duas últimas décadas, afectou muito os vestígios da mineração romana. No caso do terraço situado na margem direita do rio Douro, a jusante da antiga ponte de Caminho de Ferro os indícios arqueológicos foram destruídos (e continuam a ser...) pela Central Hidro-Eléctrica. Todavia ainda se notam alguns vestígios.

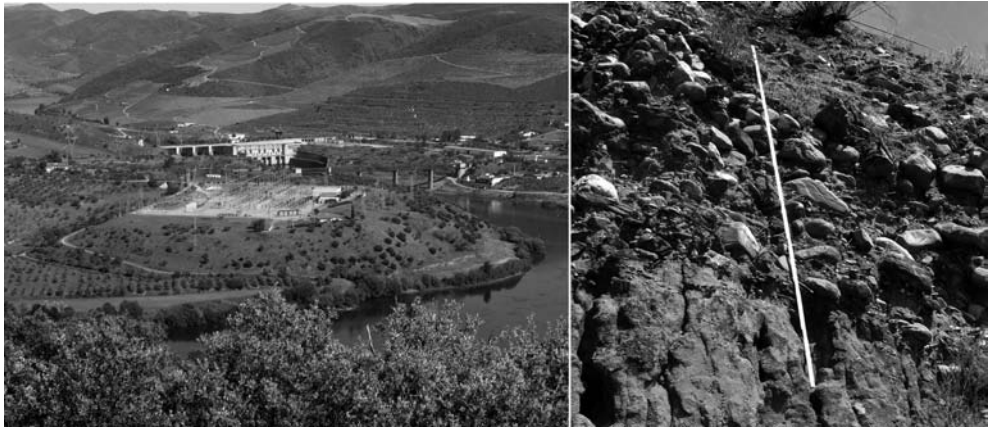


Fig. 3 – Desmontes dos terraços fluviais pleistocénicos na área do Pocinho.

Talvez a zona onde melhor se observam as marcas dos desmontes seja a de Barca de Alva, nas formações pleistocénicas da margem esquerda, a Sul da Estação de Caminhos-de-Ferro.

O produto da exploração das formações fluviais não terá sido muito, pois normalmente a percentagem de ouro extraído por tonelada de material trabalhado é baixa e aleatória. De qualquer modo, é de supor que todos os terraços do Douro na zona em

questão foram inteiramente explorados, tal como sucedeu noutras zonas do país (rios Bazágueda, Ponsul, Erges, Zêzere e Tejo), dando origem às chamadas “conheiras” (Batata *et al.*, 1999).

No âmbito dos jazigos primários, nesta fase da nossa investigação os dois locais mais interessantes são: as minas romanas da Senhora do Castelo de Urros; a zona da Quinta do Vesúvio/Quinta da Ribeira/Selores. Infelizmente o plantio mecânico da vinha também afectou as marcas de mineração, de tal modo que foram quase totalmente obliteradas nas encostas voltadas ao Douro. A fotografia aérea constitui portanto o único registo que ficou após intervenções antrópicas que não tiveram qualquer acompanhamento arqueológico como seria desejável, embora tenham sido recentes (década de 90 do século XX e a primeira do seguinte). Adiante desenvolvemos uma descrição mais pormenorizado destes conjuntos e dos povoados relacionados.

Nas zonas supra mencionadas, o ouro estava contido em múltiplos filões de quartzo encaixados em xistos, granitos e quartzitos. A extensão, largura e potência dos filões são muito variáveis, mas a sua abundância justificou o desmonte, criando-se assim frentes de exploração, por vezes sob a forma de “circos” irregulares, assemelhando-se a “covas” como são designadas nos textos dos antiquários (Covas dos Mouros). Para além do ouro, é normal que os mineiros também aproveitassem o ferro e o estanho, pois estes dois minerais também ocorrem nos mesmos filões.

A par da actividade no fundo do Vale do Douro deve admitir-se que as zonas planálticas onde se regista maior densidade de filões, como as de Monte Meão, Freixo de Numão e Numão, tivessem sido prospectadas e desmontados os veios com maior percentagem de minério. Efectivamente em vários locais observam-se abundantes fragmentos de quartzo dispersos que podem ser o resultado da desmontagem de filões. Todavia devido à intensiva exploração de volfrâmio de meados do século XX não é fácil diferenciar entre intervenções antigas e recentes, sendo provável que determinados veios tenham sido retomados. As percentagens de ouro que poderiam ser extraídas dos quartzos eram variáveis e sem um elevado número de análises não é possível obter uma ideia genérica. Neste caso os fotogramas da década de 50 da passada centúria são inúteis porque a “febre” do volfrâmio é anterior. Só uma análise no terreno, caso a caso, permitirá conclusões.

2.1. Urros

A Senhora do Castelo de Urros, fica na freguesia de Urros, Concelho de Torre de Moncorvo, Distrito de Bragança (altitude: 667 m; Latitude: 41° 04' 38" N; longitude: 7° 02' 19" W; carta SCE 1:25 000 folha n.º 141; carta geológica 1:50 000 folha n.º: 15A). Na sua encosta a Norte fica a exploração mineira romana designada como Buraco dos Mouros.

O Castelo (na realidade um sítio com estratos de várias épocas) tem fácil acesso por Este. Nos dias de hoje através de um caminho de carreteiro, recentemente arranjado e que permite o acesso de automóvel, tendo cortado muralhas antigas. As encostas Sul e Oeste são escarpadas, constituindo uma defesa natural, enquanto a vertente Norte tem um declive não muito acentuado, facilitando o acesso. Não obstante, verifica-se a presença de duas linhas de muralhas, para reforço defensivo.

No topo, sobre um maciço rochoso, encontra-se uma bonita e pequena capela dedicada à Senhora do Castelo, onde, quando se realizaram obras no adro no século XIX, foram encontradas moedas romanas (Alves, 1910). Na vertente Norte observa-se uma cavidade denominada Cova ou Buraco dos Mouros, à qual estão associadas várias crenças fielmente guardadas pelos seus populares.

Prospecções efectuadas neste monte revelaram, a nível arqueológico, uma ocupação desde a época calcolítica (Sanches, 1987; Lemos, 1993) à época medieval (Martins, 2010), associando-se o Buraco dos Mouros a uma possível exploração mineira de época romana (Almeida, 1970; Lemos, 1993). O castro foi intervencionado durante os anos 2000-2002 sem que no entanto do período romano se tivesse encontrado qualquer tipo de estruturas, apesar da presença significativa de materiais. Verifica-se uma abundância de cerâmicas de boa qualidade, embora algumas de fabrico indígena. No entanto, a cronologia fornecida pela análise global das *sigillatae* e numismas é mais tardia, nomeadamente do séc. IV. Em escavação foram recolhidos cinco fragmentos de *sigillata* hispânica tardia – séc. IV, de formas indeterminadas. Também o espólio numismático aponta para meados do séc. IV (Martins, 2002, 2006a, 2006b, 2008a, 2008b, 2010).

A presença romana no Monte da Senhora do Castelo estará relacionada com a exploração mineira do espaço envolvente possivelmente de ferro e ouro, podendo este último ser também proveniente da recolha de aluvião nas areias do rio Douro. O “*Buraco dos Mouros*” não é mais do que uma galeria incaracterística, seguindo um filão, com 11,40 m de comprimento, largura variável entre 0,87 e 2,47 m, e altura compreendida entre 0,93 m (entrada) e os 2,10 m. Uma limpeza efectuada no seu interior revelou-se estéril a nível de materiais (Martins, 2002, 2008b). Nas análises realizadas na Faculdade de Ciências Tecnológicas, Universidade Nova de Lisboa (Caparica) pelo método de fluorescência de raios X tendo em anexo um microanalisador (μ -XRF) foi possível identificar ferro e ouro nas amostras de quartzo (Martins, 2008b).

Uma observação cuidadosa indica que toda a vertente Norte e Nordeste do Monte da Senhora do Castelo foram desmontadas. A associação da laboração à época romana comprovou-se com os resultados da intervenção na sondagem D. Perto desta encontra-se um maciço, denominado “*Campanário*”, onde se verifica que os filões quartzíticos foram inteiramente removidos (Martins, 2002, 2008b).

O local de extracção e de transformação dos minérios não são coincidentes. No entanto a presença de escórias e de um fragmento de tubeira romana (Sondagem C, U.E. 03,

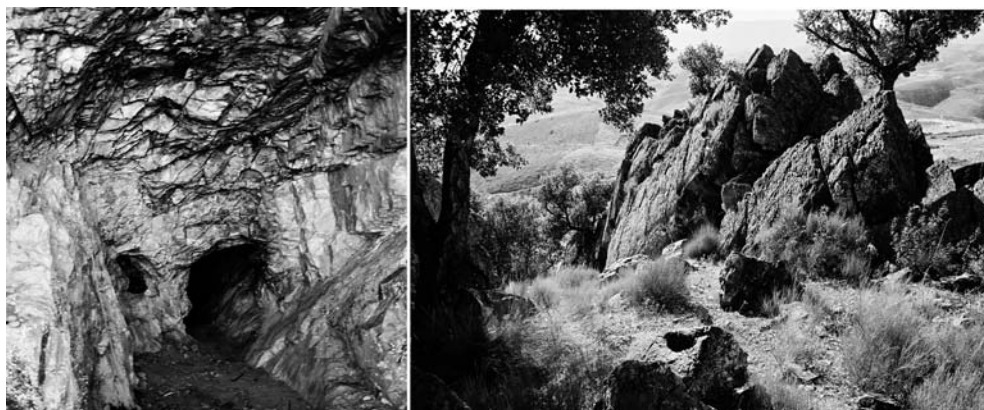


Fig. 4 – Buraco dos Mouros e Campanário, S.^a do Castelo, Urros.

n.º reg. 5) faz supor que parte do minério era transformada muito perto (Martins, 2008b). Este processo efectuava-se no sopé do monte, numa área conhecida como Lameirões (Lemos, 1993; Martins, 2008b). Aqui ficava o povoado mineiro, com uma quantidade extraordinária de escórias e fragmentos quartzíticos, bem como abundantes cerâmicas romanas que em termos de datação apontam para o século IV (a avaliar pelas *sigillatae* hispânicas). Existe neste local uma concavidade rochosa denominada “Pia dos Ferreiros”, utilizada tradicionalmente para arrefecer o metal em brasa. De facto está-se perante uma sepultura escavada na rocha, provavelmente de criança ou adolescente devido às suas dimensões. No entanto, não pode ser excluída a possibilidade de esta “pia” já existir em época romana e servir para o arrefecimento dos metais, sendo reaproveitada como sepulcro em época medieval (no cimo do monte há uma necrópole com sepulturas escavadas na rocha). Na trituração do minério terão sido utilizados moinhos em tudo semelhantes aos da moagem de cereais, tendo sido detectadas duas mós fragmentadas e um movente.

A ausência de cerâmicas importadas do século I não tem por si mesmo qualquer significado pelo que não é forçoso que o povoado mineiro seja tardio. A TS do século IV apenas indica a pervivência do *habitat*.

2.2. Minas auríferas de Carrazeda de Ansiães

2.2.1. Senhora da Ribeira

Nos relevos que descem do rebordo Sudeste do Planalto de Ansiães para a margem direita do rio Douro, no sítio de Covas, conservam-se elucidativos vestígios de actividade mineira da época romana. A Nordeste da Quinta da Senhora da Ribeira podiam observar-se vertentes

rasgadas, em grande extensão, sem, no entanto, assumirem a amplitude das cortes da Serra da Padrela. Estas minas (Quinta da Sra. da Ribeira – Seixo de Ansiães; altitude de 150 metros; carta 1:25 000 n.º 117; coordenadas: 272.8; 464.5) foram mencionadas pela primeira vez nas Memórias de Ansiães, redigidas em 1721 (Morais e Magalhães, 1985). Desde então, têm sido citadas em diversos estudos, quer de ordem genérica sobre minas (Almeida, 1970; Sánchez-Palencia, 1983; Domergue, 1986 e 1991), quer sobre a romanização do Noroeste (Tranoy, 1981).

Da visita ao local, e da análise da fotografia aérea, conclui-se que esta zona mineira não assumiu, tal como se referiu, uma área semelhante aos conjuntos da serra da Padrela ou de França. A zona de trabalho parece limitar-se a um vale que desce sobre o rio Douro, apelidado Vale de Covas. A análise dos fotogramas e do terreno permite constatar que as vertentes do vale foram alteradas. Notam-se pelo menos três pequenos “círcos” resultantes do desmonte da rocha (xistos). Observam-se também, ao longo da vertente direita do talvegue, sinais de uma levada de água, eventualmente relacionada com as explorações referidas. A Nordeste destas frentes de trabalho regista-se um grupo de três trincheiras paralelas, abertas numa escarpa identificadas pelo característico traço negro na fotografia aérea. Deste modo uma avaliação exacta da área explorada implica trabalho de gabinete



Fig. 5 – Localização da área onde ficavam os desmontes da Quinta da Senhora da Ribeira, destruídos pelo plantio da vinha.

e de campo incidindo sobre as vertentes que sobem desde as margens do Douro até ao Planalto, o que nunca foi feito.

Aliás um conhecimento exacto da dimensão dos trabalhos mineiros, praticados nesta área, nunca poderá ser alcançado, devido à profunda alteração das vertentes provocada pelos terraços com vinhas. Em 1992, já depois de uma primeira visita foram destruídos dois dos “círcos” mencionados. A zona foi terraplanada em socalcos. Felizmente, ficou o registo na fotografia aérea.

Por outro lado, a par do aproveitamento dos jazigos filonianos, devemos lembrar a possibilidade de ter sido intensa a exploração das areias auríferas das margens do Douro. Nesta zona existia um extenso banco aluvionar, actualmente submerso pela albufeira da Barragem da Valeira.

Com este conjunto de frentes de extracção acima descrito, está directamente relacionado um importante povoado romano designado Quinta da Senhora da Ribeira (Seixo de Ansiães; altitude de 130 metros; Carta Militar 1:25 000 n.º 117; coordenadas: 273.3; 464.5). O povoado situa-se na margem direita do rio Douro, numa área em que se desenvolvem alguns terraços laterais, facilitando um certo aproveitamento agrícola do vale. Cerca de trezentos metros a Sudoeste de Vale de Covas, num pequeno promontório que domina a confluência da ribeira da Coleja com o rio Douro, há uma pequena capela onde foram achadas duas aras. Para poente do promontório, nos terrenos da vertente Sudoeste, quebrada por muros de suporte, entre oliveiras e árvores de fruto, observam-se numerosos vestígios arqueológicos. Os fragmentos de material romano são muito abundantes: *tegulae*; *imbrices*; tijolos; pedaços de *opus signinum*; cantarias em granito e xisto; cerâmica cinzenta fina de tradição indígena; *terra sigillata* Sudgálica e Hispânica Alto Imperial; cerâmica de engobe vermelho; cerâmica pintada (século III); *terra sigillata* hispânica tardia; cerâmica comum de fabrico local (série classificada por Manuela Delgado). Estes materiais revelam que o povoado foi fundado no século I d. C. e que perdurou até ao Baixo Império, sendo abandonado num momento desconhecido da Alta Idade Média.

Terá sido, julgamos, um povoado mineiro, relacionado com a exploração das areias auríferas do rio Douro e do minério incrustado nos filões de quartzo, frequentes no contacto entre xistos e granitos. O local é particularmente indicado para o efeito, pois que, neste ponto, o vale do rio alarga-se, formando extensos bancos de areia, hoje submersos por uma albufeira, mas que ficaram assinalados na carta 1:25 000 e na fotografia aérea. Das duas aras, uma foi consagrada à deusa tutelar dos Tirienses, por três indivíduos: Cleto, Corinto e Calvino 348 (EE, VIII: 348; Vasconcelos, 1905; Cardozo, 1972; Encarnação, 1975; Tranoy, 1981; Alarcão, 1988) e a segunda a *Bandua Vordaeus*, por Sulpício Paterno (Lemos e Encarnação, 1991). Os nomes registados na primeira ara são estranhos à antropónimo da região. Alain Tranoy (1981) considera que seriam libertos. Não conhecendo o contexto da descoberta da ara, o autor admitiu a hipótese de se terem fixado num “domínio rural”. A relação com um povoado mineiro atribui um novo contexto mais plausível

pois os libertos estariam ligados à administração das minas. Quanto a Sulpício Paterno, embora o seu nome se enquadre na antropónimoia da Noroeste, destaca-se a circunstância de ter erguido um altar a *Bandua Vordaeus*. *Bandua* é uma divindade genérica bastante difundida, eventualmente relacionada com um possível substrato indo-europeu. Porém, o seu culto articulado com *Vortaeus* ou *Vordaeus* concentra-se na Beira Interior (Encarnação, 1975; Alarcão, 1990). Alvitramos pois a hipótese de Sulpício Paterno também ser um imigrante. Julgamos que se está perante um outro exemplo de deslocação de pessoas atraídas pela actividade mineira, à semelhança dos *Seurri* das minas de ferro da Carvalhosa (Lemos, 1993) e dos Clunienses do distrito mineiro da Serra da Padrela (Redentor, 2010).

Não custa admitir que o povoado ocupava o promontório e a encosta sudoeste, mais abrigada e soalheira, que se prolonga até à margem do rio, abrindo-se num pequeno terraço (cota 100 m). Era pois um sítio ribeirinho (a cota do leito do Douro é de mais ou menos 80 metros). Salientamos que este é um local tradicional de passagem do rio, funcionando uma barca desde o início do século XVIII, pelo menos. Deve notar-se que nas cheias mais fortes a cota do povoado romano seria atingida pelo rio, a ser idêntico o regime pluvial, a menos que fosse protegido por muros de suporte. No cume do promontório, no muro envolvente da capela em que estava inscrita a ara a *Bandue Bordeaco*, observam-se numerosas cantarias em granito, de aparelho romano, de razoável dimensão, bem como um fuste de coluna. Dada a ocorrência de duas aras, bem como de cantarias e de fustes de colunas, no local onde se ergue a capela de Santa Maria, avançamos a hipótese de, neste cimo, ter existido um templo ou pequeno *forum*, que dominava o aglomerado e que poderia ser ponto de refúgio nas cheias mais fortes.

O povoado, foi fundado em meados do século I d. C. e persistiu até aos séculos IV-V, pelo menos. Admitimos que tenha sido um *vicus*, de nome *Tiria* ou *Liria*. A. C. Silva (1986) adiantou a possibilidade de ter existido um povo de nome *Tirienses*. Pela nossa parte, julgamos que os *Tirienses* registados na ara seriam, de facto, *vicani*. Este *vicus* exercia a sua influência numa determinada faixa do vale do Douro e na metade sul do planalto de Ansiães, enquanto que o *vicus Labr(ensium?)* (Pombal – Carrazeda de Anciães), tutelava a faixa oriental do planalto e o vale terminal do rio Tua. Entre os dois lugares medeia uma distância de 19 quilómetros.

Para além do ouro e estanho, extraído por desmonte dos filões de quartzo existentes na formações xisto-grauváquicas, ou recolhido nas areias do rio Douro, o pequeno vale abrigado da Ribeira de Vale de Covas oferecia condições micro-climáticas e pedológicas muito favoráveis ao plantio da oliveira e da vinha. Não é pois seguro que este povoado tenha adquirido importância apenas como resultado da produção mineira. Supomos que foi favorecido pela produção de azeite e de outros produtos mediterrânicos, bem como pela sua situação estratégica, num ponto de passagem do rio Douro. Na zona há a tradição de um hipotético caminho, que ligava a Senhora da Ribeira a Numão, local que

Jorge Alarcão (1988) admite ter sido o *vicus Assaniancum*, pertencente ao território dos Arabrigenses. São conhecidos outros casos na *Hispania* em que povoados, inicialmente voltados para a produção mineira, subsistiram graças a uma envolvimento agrícola favorável (Domergue, 1991).

No mesmo alinhamento tectónico da Senhora da Ribeira (em que se encaixou a Ribeira da Coleja) mas num patamar mais elevado de altitude observam-se mais vestígios de mineração. Com estas minas parece estar associado o povoado de Selores (Carta Militar 1:25 000, folha 117; coordenadas: 269.7; 401.6; altitude: 670 metros). Escreve Leite de Vasconcelos que, numa “vinha situada ao pé do Castelo dos Mouros, arredores de “Celouros”, foi exumada uma possível ara e, em terrenos contíguos, um tesouro que supomos ser o mesmo referido posteriormente por M. C. Hipólito (denários republicanos e imperiais) (1961). O Castelo dos Mouros é o Castelo de Anciães, sítio em que os indícios de ocupação romana são muito ténues. No sopé Nordeste do relevo onde se erguem as ruínas do castelo, fica o povoado romano, a cerca de novecentos metros de distância. De facto, nos campos adjacentes à estrada municipal que liga Carrazedo a Selores, na vertente de um vale fértil e abrigado, a Noroeste da aldeia, observam-se abundantes fragmentos de material romano: *tegulae*; *imbrices*; cerâmica comum; pesos de tear; cantarias. A área de dispersão dos materiais é bastante extensa. Julgamos que os achados mencionados por Leite de Vasconcelos (1918) e por Hipólito (1961) e por outros autores (M. Azevedo, 1895; Vasconcelos, 1918; Saa, 1960; Hipólito, 1961; Centeno, 1987; Alarcão, 1988; Lemos, 1993; Martins 2008b) se relacionam com este povoado, que foi cortada pela estrada municipal que liga Carrazeda de Ansiães a Selores e Seixo de Ansiães.

Os trabalhos de exploração mineira situam-se do lado direito da estrada que liga Seixo de Ansiães a Selores, com as coordenadas de 41° 12' 46" N, 7° 16' 10" W e uma altitude de 793 m (Martins, 2008b). A quantidade de pedra quartzífera partida é infundável e segundo informações locais existiriam quatro ou cinco minas alagadas que não se conseguiram localizar, ou devido à vegetação rasteira (mas abundante) de tojo, giesta e também pinheiros, ou devido a estarem entulhadas. Trata-se, pois, de uma exploração a céu aberto – corta e desmontes superficiais do monte. Se existiu ou não exploração subterrânea não foi possível averiguar. Esta frente estaria eventualmente ligada com a da Quinta da Ribeira (Covas de Seixo de Ansiães), até porque a distância entre ambas não é muito grande 7,5 km em linha recta.

Aquando do exame deste local, encontrou-se um movente em granito com sinais de desgaste; apresenta uma secção ovalada, tendo no lado de baixo um aplanamento correspondente ao desgaste. Granito com moscovite, biotite e turmalina como minerais acessórios, e quartzo e ortose como minerais essenciais. É um granito de grão fino, com uma textura granular e variedade granito turmalínico. Esta peça tem um peso de 531,51 g, um comprimento máximo de 95,91 mm, largura máxima de 85,70 mm e espessura máxima de 45,36 mm (Martins, 2008b: catálogo n.º 12).

3. Rede viária

O sector do rio Douro em análise fica longe dos grandes eixos de comunicação, tanto da chamada Via da Prata, situada a Leste e que se dirige de Sul para Norte, ligando *Emerita Augusta* ao longo da Meseta a *Asturica Augusta*, como do caminho entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta* por *Aquae Flaviae* (a chamada Via XVII). No entanto o vale do Douro, é atravessado no sentido Sul-Norte, por um conjunto de caminhos secundários, que convergiam no grande eixo transversal formado pela via XVII. Ora o traçado destes caminhos passa junto às explorações mineira e *vici* associáveis.

3.1. Vias secundárias

3.1.1. O “Carril Mourisco”

Uma das dessas vias secundárias está bem definida, apesar da ausência total de miliários. Trata-se do chamado “Carril Mourisco”, que corre ao longo do planalto Mirandês no sentido Sul-Norte, quase paralelo à Via da Prata, desde o rio Douro até à Terra de Aliste, onde entronca na via XVII. Aparece referido em documentos medievais do século XIII¹ (Azevedo, 1958). Marcou a paisagem de forma ainda hoje notória, tendo sido intensamente utilizado até à abertura das estradas reais e do caminho-de-ferro, embora na Baixa Idade Média outros eixos tenham sido estabelecidos, ligando os castelos de defesa da fronteira. A antiguidade do “Carril Mourisco” pode ser verificada pela ocorrência de inúmeros topónimos associados, de cruzes a sacralizar os entroncamentos, de nascentes, fontes de mergulhos ou poços, e, ainda, pelo facto da rede acessória de caminhos terciários se ter desenvolvido em função deste grande eixo central. E se, até esta data, não foram descobertos miliários que provem, em definitivo, a sua origem, não é menos verdade que a distribuição do povoamento romano surge como perfeitamente articulada com este eixo, o que não pode ser considerado uma mera coincidência. Apesar de ter sido muito citado por diversos autores (Cardozo, 1747; Ayres, 1898: 233-237; Beça, 1915: 95-98; Alves, 1934: 211-213; Mourinho, 1977: 280-283), o Carril Mourisco nunca foi objecto de um estudo pormenorizado.

Tinha origem a Sul na Egitânea, passava pela zona mineira da Meimoa, nas vertentes meridionais da Serra da Malcata, e subia até ao Sabugal. Aqui o caminho desdobrava-se em

¹ Sob o nome de “Estrada Mourisca”. Registe-se que a via *Olisipo-Bracara Augusta* também assim é conhecida, no seu troço a norte do Mondego (Mantas, 1991).

pelo menos dois eixos. Um destes prosseguia pelo interflúvio entre o Sabor e a Ribeira de Tourões, tributária do Águeda, com estações possíveis nos termos de Almeida, Almofala (*Civitas Cobelcorum*), descendo depois para a depressão de Barca de Alva, existindo uma significativa diferença de cota.

A passagem do rio Douro fazia-se por alturas do povoado de Alva², alguns quilómetros a montante do sítio de Calábria (Alarcão, 1988)³. Em Alva foi assinalada uma ara a Júpiter (Lemos, 1993). De Alva, após cruzar a Ribeira do Mosteiro, seguia por uma portela natural, subindo pela chamada Calçada de Alpajares. O lajeado desta calçada poderá, no entanto, ser obra mais tardia⁴. No seu topo situava-se o Monte ou Castelo de S. Paulo (350 metros)⁵, ponto estratégico que controlava o desfiladeiro. Este sítio tem sido classificado como castro romanizado, com base na ocorrência de muralhas (Santos Júnior, 1980; Silva, 1986). Julgamos, todavia, que pelo menos parte das fortificações observáveis são posteriores, talvez do Baixo-Império, com paralelos na Fonte do Milho e em Castedo (Alijó). A reforçar a importância desta via, como eixo de circulação em contexto tardio, deve assinalar-se a descoberta, em Ligares, no sítio de S. Paio (ou Rebofa) de um tesouro numismático do século IV (moedas de Constantino e Constâncio) (Hipólito, 1961; Alarcão, 1988).

De S. Paulo continuava para Freixo, Lagoaça e depois ao longo do Planalto Mirandês até à Terra de Aliste, tal como já referimos. Está cartografada à escala 1: 25 000 (Lemos, 1993), mas somente a Norte do rio Douro.

3.1.2. Vale da Vilariça – Vale do Tua

Uma outra via secundária cuja existência surge como quase óbvia, face à rede de povoamento da época romana, e que constituía um importante eixo, ligava a zona do vale da

² Alba ou Alva foi fundada na época romana, emergindo como um dos lugares centrais do universo medieval transmontano, possuindo uma Cerca e Carta de Foral. No contexto dos conflitos entre os reinos de Leão e Portugal, sofreu diversos reveses. No século XIII teria caído no domínio do rei de Leão, sem oferecer resistência, ao contrário de Freixo de Espada-à-Cinta. O rei português, D. Sancho II, retirou a Alva os privilégios de que gozava, ficando dependente de Freixo (Alves, 1910: 61-62). No século XVII encontrava-se definitivamente despovoada (Manuscrito de António Gasco – Cruz, 1935).

³ Embora não tenham sido detectados indícios arqueológicos esclarecedores, pode admitir-se que a passagem, por barcas, se fazia na zona de Barca de Alva, a jusante do povoado de Alva, numa zona onde o vale do Douro se abre, de tal modo que se formam terraços nas duas margens. Neste ponto os riscos de uma travessia por barca é menor, durante o Inverno e por ocasião de cheias, devido ao facto da corrente diminuir de ímpeto.

⁴ Esta calçada funcionou como ligação entre o vale do Douro e região do Freixo até à construção do caminho-de-ferro (Linha do Sabor). Durante os séculos XVIII e XIX, a navegação fluvial ao longo do Douro, desde o Porto até Barca de Alva, foi bastante intensa.

⁵ O Castelo ou Castro de S. Paulo foi ocupado durante o Baixo Império (terra *sigillata* hispânica tardia), e a fortificação, que hoje se observa, embora muito destruída, apresenta cantos rectos, e assemelha-se muito ao Castelo da Fonte do Milho, podendo tratar-se de uma fortificação tardo-romana, relacionada com o controlo da via. O povoado perdeu-se até à Baixa Idade Média, conservando-se os alicerces de um templo e sepulturas escavadas na rocha.

Vilariça, onde se situava a capital da *Civitas Baniensis*, com a Via XVII, permitindo assim o acesso a *Aquae Flaviae*, a *Bracara Augusta* e a *Asturica Augusta*. Tal como no caso do “Carril Mourisco”, não dispomos de dados directamente comprovativos, como seriam os miliários ou obras de arte. O seu traçado pode, porém, ser deduzido com uma certa percentagem de probabilidade, a partir da distribuição da rede de povoamento.

Esta via também procedia da *Civitas Igaeditanorum*, passando pela sede da *Civitas Aravorum* (Marialva) e pelo território dos Meidobrigenses (Alarcão, 1988a; Mantas, 1990). Pouco depois do termo de Muxagata, descia pela falha tectónica até alcançar o vale do Douro. Junto à via ficava o *vicus* da Senhora da Veiga, com uma notável série de achados (Coixão, 2002; Luís, 2005). A passagem do rio seria em Barca Velha, dirigindo-se para a zona do Porto do Sabor. Subia o Vale da Vilariça ao longo da sua margem esquerda, passando próximo, ou junto, do *vicus* de Vila Maior e dos povoados de Santa Cruz da Vilariça, Olival das Fragas, Cevadeiras, Chão da Capela/Freixo, S. Pedro de Lodões e Ferradoza. Ladeava os contrafortes Sudeste da serra de Bornes, próximo do povoado de Salgueiro (Bemlhevai), atingindo assim uma portela natural que dá acesso à bacia do rio Tua. Daqui descia, na direcção Noroeste, servindo a zona das rentáveis minas auríferas de S. Salvador, Freixiosa e Vila Verde. Nesta área conhecem-se dois “castros” mineiros fortificados, o Castelo de Macedinho (a Leste) e o das Fragas do Castelo (Vale de Sancha), a Oeste, dominando o Vale do Tua (Lemos, 1993). Seguidamente inflectia para Norte, sempre ao longo da margem esquerda do rio, até ao sítio romano de S. Sebastião, que poderia ter tido origem numa *mutatio*⁶. Prosseguindo o seu trajecto pela margem esquerda do Tuela, passava próximo de toda uma série de castros romanizados, designadamente do Castelo Velho de Mirandela, da Senhora do Viso, e de S. Juzenda. O povoado romano de Mascarenhas, situado entre os estes dois últimos castros, poderá estar directamente relacionado com o caminho⁷. Mais a norte entroncava na via XVII, junto ao castro de S. Brás (ou de Torre de D. Chama).

Como se pode verificar, analisando as cartas, por este traçado, a via não teria necessidade de obras de arte, pois não cruzava nenhum rio, mas apenas pequenos cursos de água, de reduzido caudal. Por outro lado, apenas tinha necessidade de transpor os contrafortes sudoeste da serra de Bornes, relevos pouco elevados. De resto, corria por vales e colinas suaves. Está cartografada à escala 1 : 25 000 a Norte do rio Douro.

⁶ Destruído pelo crescimento urbano de Mirandela nada resta deste povoado, citado sucessivamente por A. Pereira Lopo, Ernesto Salles e Francisco Manuel Alves, nem tão pouco a pequena capela que sacralizava o sítio, recentemente transferida para outro ponto da cidade.

⁷ Pode colocar-se a hipótese do povoado de Mascarenhas ter sido um *vicus*, a julgar pela extensão da área onde se observam abundantes materiais romanos, e pelo aparecimento de fíbulas e moedas. No entanto, a ausência de achados epigráficos deixa a hipótese em suspenso.

3.1.3. Freixo de Numão – Vale do Tua pelo Planalto de Anciães

Um eixo secundário não menos importante que os dois já referidos tinha um trajecto em diagonal, condicionado pela geomorfologia e pelo Douro como corredor fluvial. Do eixo Sul-Norte brevemente descrito nos parágrafos anteriores, item 3.1.2.) destacava-se um caminho que se dirigia para Freixo de Numão cujos achados e posicionamento induzem a pensar ter sido uma sede de Civitas (Coixão, 2000). Deste aglomerado descia ao Douro em direcção à Quinta do Vesúvio, onde transpunha o rio por barca alcançando deste modo *Tiria* ou *Liria*. Daqui continuava para Norte, passava por Selores, que poderá ter sido outro *vicus*, considerando a área de dispersão de materiais e no caso da ara citada por Leite de Vasconcelos ter sido dedicado a Júpiter e prosseguia para o *vicus Labr.* (Pombal). Entre os dois sítios a distância em linha recta é de dez quilómetros. Contando com o relevo será de 15 km, aproximadamente a meio caminho entre Liria e o *vicus Labr.*

Seguindo sempre a direcção global Nordeste que mantinha desde Freixo de Numão, descia ao fundo do Tua que cruzava no local onde se encontra referido um habitat (Lemos, 1993) que talvez possa ser classificado como uma *mutatio*. Subia ao Planalto dirigindo-se para Carlão e daqui para a Serra da Padrela onde convergia com a via oriunda de *Lamecum* (Lemos, 2004) no Vale Superior do Tinhela (Jales/Três Minas). Este caminho não está cartografado ao contrário dos dois anteriormente citados.

Como se pode verificar a zona do Vale do Douro estudada neste texto estava ligada a grandes eixos de circulação rodoviária (de sentido Sul – Norte) os quais cruzavam o rio em sítios da época romana associáveis à rota fluvial e funcionando como portos escalonados ao longo do curso de água, a distâncias mais ou menos regulares, conforme a geomorfologia. Seria talvez por esses caminhos que era transportado o ouro produzido. Consideramos pouco provável que o ouro e outros minerais fossem transportados por via fluvial considerando os riscos inerentes. Trata-se, no entanto de uma hipótese que não pode ser excluída.

4. Povoamento

Em contraste com o povoamento da Idade do Ferro, escasso e mal definido, pelo contrário, na época romana, nas duas margens do Douro registam-se numerosos sítios romanos. Os inventários efectuados em Torre de Moncorvo, Carrazeda de Ansiães e Vila Nova de Foz Côa são elucidativos sobre o aumento da densidade de *habitat*, admitindo-se que muito locais ainda estejam por detectar. Esta abundância de *vici*, aldeias, povoados mineiros, *villae*, granjas ou simples casais, tem sido associada ao desenvolvi-

mento da agricultura mediterrânica, o que não parece infundado. Porém não deve ser excluído, antes pelo contrário, um factor decisivo na fase inicial da reorganização do território, após a conquista da efémera *Transduriana*. Há uma série de *habitats* correlacionáveis com a mineração aurífera e com a rede viária, dos quais alguns já foram descritos com maior detalhe: Urros, Senhora da Ribeira e Selores. Inscrevem-se também neste projecto inicial outros povoados que provavelmente foram *vici* com funções polivalentes: Alva; Senhora da Veiga; Vila Maior. Ou mesmo eventualmente sede de *civitas* como Freixo de Numão (Coixão, 2000). Seria útil no futuro rever os sítios já identificados e procurar outros junto das zonas de ocorrência de minério. Em vários núcleos já escavados, graças ao labor incansável de A. Sá Coixão (2000), no sector que pode ser classificado como a *pars rustica* da *villa*, a par das estruturas relacionadas com a produção de vinho e de azeite, foram identificados fornos metalúrgicos (Coixão, 2000). Seria interessante analisar, de modo mais profundo, a sua finalidade. Parte dos utensílios em ferro seriam alfaias agrícolas. Porém o desgaste dos utensílios aplicados no desmonte dos filões de quartzo seria expressivo.

A prosperidade do Alto Douro (português) durante a *Pax Romana* deve-se às suas condições climáticas e, nas áreas graníticas, à permeabilidade dos solos, factores favoráveis ao cultivo das espécies resistentes ao calor e à escassa precipitação como a vinha e a oliveira. Grande parte dos sítios romanos sustentavam-se na agricultura. Todavia na fase augustana e durante o século I a exploração mineira foi um factor relevante na estrutura de povoamento. Uma cartografia arqueológica mais fina dos concelhos supracitados permitirá esclarecer se a nossa hipótese tem fundamento ou se pelo contrário a mineração foi apenas uma actividade marginal e temporária.

Referimos a exploração aurífera. Acerca da mineração do ferro não subsistem dúvidas sobre a existência de uma rede de povoados especializados na actividade extractiva e metalurgia, distribuídos em redor da Serra do Reboredo (Lemos, 1993). Quando analisámos a intensa produção de ferro na época romana (Lemos, 1993) não tínhamos ideia da quantidade de frentes de mineração aurífera e de estanho romanas no distrito de Bragança, em particular jazidas primárias as quais exigiam uma quantidade significativa de utensílios em ferro, designadamente picos, que se gastavam em pouco tempo. Para se compreender melhor a importância da produção de ferro da Serra de Roboredo é necessário ter em atenção a relevância da actividade mineira aurífera em zonas próximas como o Vale do Douro e o do Tua.

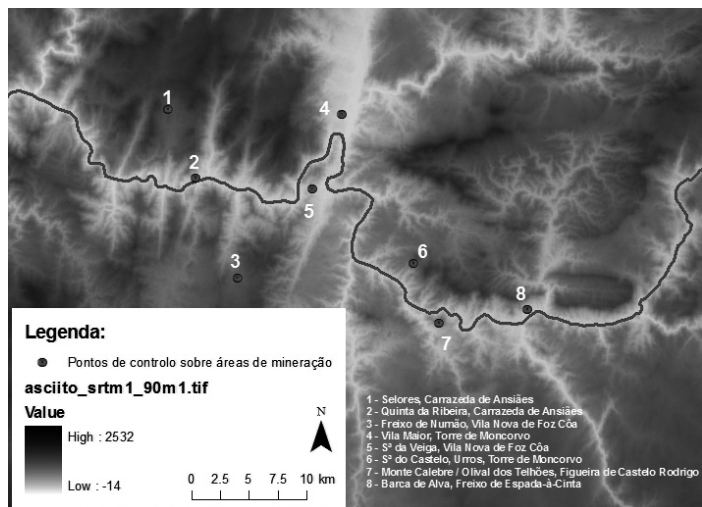


Fig. 6 – Localização dos principais sítios citados no texto.

5. Considerações finais

O estudo da produtividade aurífera do vale do Douro, a jusante da confluência do Elba, na época romana ainda está na sua fase inicial. O trabalho que está a ser realizado em Pino del Oro pela equipa do CSIC inaugurou uma nova fase (Sánchez-Palencia e Brais Currais, 2010; Damián Romero, 2010; Sastre *et al.*, 2010). Com este texto pretendeu-se contribuir para se obter um quadro mais amplo, embora o projecto de Pino del Oro já tenha alcançado uma maturidade invejável, enquanto este texto é apenas introdutório, uma breve chamada de atenção para futuras pesquisas.

No sector do Douro entre Barca de Alva e a foz do Tua (ou melhor até ao Cachão da Valeira) o contexto geomorfológico do vale daquele rio é favorável à formação de depósitos sedimentares de origem fluvial, tanto aluviões recentes (holocénicos) como terraços mais antigos, datáveis de várias fases do Pleistocénico. Por outro lado nas zonas adjacentes, quer a Norte, quer a Sul do rio, existem formações geológicas em que se registam filões de quartzo, de espessura muito variável, mas cujo desmonte poderia facultar minerais como o ouro e o estanho. Os locais onde se conservam vestígios mais significativos de exploração da época romana já foram referidos neste texto. Infelizmente, as duas fases sucessivas de alteração das encostas para plantio da vinha, nos séculos XVIII e XIX, e nas últimas décadas do século XX, obliteraram parte das evidências da actividade mineira. Se a recuperação da fisionomia do Vale do Douro antes da fase recente de reorganização das quintas é viável através da análise dos fotogramas dos voos das décadas de 50 a 90,

já a restituição da paisagem que precedeu a demarcação do Vinho do Porto é impossível. As prospecções futuras deverão incidir nas áreas das formações quaternárias procurando inventariar todos os vestígios que sobreviveram, mesmo os mais ténues. Por outro lado, há um vasto trabalho de campo a realizar no sentido de serem assinalados todos os locais onde se notam indícios de desmontes de filões de quartzo, nas faixas onde estes se concentram.

Na verdade o conhecimento tão exacto quanto possível da dimensão da actividade mineira antiga (da época romana) é essencial para se enquadrar e estabelecer a cronologia do povoamento da época romana, seja no Bierzo seja noutras áreas do NO (Sastre, 2010). Em 1993 um dos autores (FSL) sugeriu que as condições climáticas do Vale do Douro e seus afluentes favoreceram o crescimento demográfico e a prosperidade da região, devido a serem ideais para a policultura mediterrânica.

Considerando a importância crescente que se atribui à exploração dos recursos mineiros do Noroeste como motor de profundas mudanças no território e no habitat, planeadas sob a dinastia júlio-claudiana (Orejas e Sánchez-Palencia, 2002), bem como o programa de construção de uma ampla rede viária (em articulação com as rotas marítimas e fluviais) (Lemos e Morais, 2005) deve considerar-se uma primeira fase de assentamentos ao longo do rio Douro, de que o sítio de *Tiria* ou *Liria* seria um paradigma. Provavelmente nesta fase iniciou-se o desmonte das formações sedimentares, e só ligeiramente mais tarde a pesquisa nas jazidas primárias. Entretanto, neste primeiro contexto como economia de auto-sustentabilidade ensaiam-se as culturas mediterrânicas. Quando as jazidas se esgotaram e o tráfico (fluvial e rodoviário) já estava consolidado a policultura adquiriu um primado económico, aprofundado nos Sécs. III e IV e na Antiguidade Tardia. As ocorrências mineiras continuaram a garantir a produção local dos utensílios indispensáveis ao quotidiano e à agricultura, como provam as evidências de actividade em metalúrgica em sítios como o Prazo (Freixo de Numão) (Coixão, 2000) e Olival de Telhões (Almendra), na margem Sul ou os povoados em redor da Serra de Roboredo (Lemos, 1993).

Trata-se de uma hipótese, que exige muito mais trabalho de campo, escavações em sítios chaves e um sofisticado aparato de tratamento da informação, assente em Sistemas de Informação Geográfica. A relevância patrimonial do Parque Arqueológico do Vale do Côa justifica que tal projecto seja concretizado a breve prazo. Objectivo que deveria merecer o apoio do Ministério da Cultura através do Parque Arqueológico do Vale do Côa e da Fundação de Ciência e Tecnologia.

Este texto é apenas um pequeno e modesto contributo, muito preliminar.

Bibliografia

- AYRES, C. (1898) – *História do Exército Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional. 2 volumes.
- ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal*. England: Aris & Phillips Ltd.. vol. II.
- ALARCÃO, J. (1990) – As divindades da Beira. *Arqueologia Hoje. I. Etno-Arqueologia*. Faro: Universidade do Algarve, pp. 146-162.
- ALMEIDA, D.F. de (1970) – Mineração Romana em Portugal. In *La Minería Hispana e Ibero Americana*. León: Catedra de San Isidoro. vol. I. 195-220.
- ALVES, F. M. (1910) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* 1. Porto, 401 páginas.
- ALVES, F. M. (1934) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* 9. Porto, 718 páginas.
- Azevedo, M. (1895) – Notícias Arqueológicas de Trás-os-Montes. *O Arqueólogo Português* 1. Lisboa, série, 1, 130-136.
- AZEVEDO, R. (1958) – Documentos medievais portugueses – Os condes portugueses e D. Afonso Henriques. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- BATATA, C.; Gaspar, F.; Batista, A. (1999) – O ineditismo do 1º milénio a. C. da bacia hidrográfica do rio Zêzere no contexto da arqueologia proto-histórica nacional. *II Congreso de Arqueología Peninsular. Tomo III – Primer Milenio y Metodología*: actas. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, 25-35.
- BEÇA, C. (1915) – Estudos Arqueológicos do Major Celestino Beça. *O Arqueólogo Português* 20. Lisboa, 1 série, 74-106.
- CARDOZO, L. (1747) – *Dicionário Geográfico*. Lisboa.
- CARDOZO, M. (1972) – *Catálogo do Museu de Martins Sarmiento. Secção de Epigrafia Latina e Escultura Antiga*. Guimarães.
- CENTENO, R. M. S. (1987) – *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Porto: Publicação da Sociedade Portuguesa de Numismática.
- COIXÃO, A. do N. S. (2000) – Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (2.ª edição).
- CRUZ, Antonio (1935) – Um inédito de António Coelho Gasco sobre Antiguidades de Trás-os-Montes. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 12. Coimbra, 114-137.
- DOMERGUE, C. (1986) – Dix-huit ans de recherche (1968-1986) sur les mines d'or romaines du nord-ouest de la Péninsule Iberique. In *Actas I Congreso Internacional Astorga Romana*. Astorga: Excmo. Ayto. de Astorga, vol. II, 7-101.
- DOMERGUE, C. (1991) – *Les Mines de La Péninsule Ibérique dans l'Antiquité Romaine*. Roma: Collection de l'École Française de Rome, 127.
- ENCARNAÇÃO, J. (1975) – *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*. Lisboa, 334 páginas.
- FERREIRA, A. de B. (2005) – Formas do relevo e dinâmica geomorfológica. In *Geografia de Portugal. O ambiente Físico*. Lisboa: Círculo de Leitores. vol. 1. pp. 49-255.
- HIPÓLITO, M. de C. (1961) – Dos tesouros de moedas romanas em Portugal. *Conímbriga* II-III. Coimbra.
- LEMOS, F. S. (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Doutoramento.
- , (2004) – A Rede viária do *Conventus de Bracara Augusta*: a via secundária entre o vale do Douro (Peso da Régua) e *Aquae Flaviae* (Chaves), *Au Jardim des Hespérides. Histoire, Épigraphie et Societé des Mondes Anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy*, PUR, Rennes, pp. 407-419.
- LEMOS, F. S.; Encarnação, J. (1991) – Uma ara votiva romana identificada na capela da Senhora da Ribeira. *Brigantia*. Bragança, 121-125.
- LEMOS, F. S.; Morais, P. (2005) – Vias Augustas e Mineração Aurífera. *Forum*. Braga. vol. 36. 15-56.
- LEMOS, F. S.; Martins, C.M.B. (2011) – *Civitates* e exploração aurífera romana no Noroeste da Península Ibérica. In *Actas del Quinto Congreso Internacional sobre Minería y Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeu* (León – 2008). León: SEDPGYM, pp. 499-508.

- LUÍS, Luís (2005) – Arte rupestre e ocupação humana no Vale do Côa: Balanço da investigação no Parque Arqueológico do Vale do Côa. Còavisão. Vila Nova de Foz Côa. 7 (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior), p. 31-60.
- MANTAS, V. (1990) – A rede viária do Convento Escalabitano. In *La Red Viaria en la Hispania Romana*. Saragoça, p. 219-240.
- MANTAS, Vasco Gil – (1996) – *A Rede Viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Dissertação de Doutoramento. Policopiada. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MARTINS, C. M. B. (2002) – A exploração mineira de época romana no castro de S.^a do Castelo, Urros. In *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*. Lisboa: Museu do Instituto Geológico e Mineiro, p. 255-264.
- MARTINS, C. M. B. (2006a) – *Valorização do Património do Monte da Senhora do Castelo e Urros (Urros, Torre de Moncorvo, Bragança)*. Urros: Junta de Freguesia de Urros. (CD-ROM).
- MARTINS, C. M. B. (2006b) – *Monte da Senhora do Castelo e Urros (Urros, Torre de Moncorvo, Bragança)*. Urros: Junta de Freguesia de Urros. (Folheto).
- MARTINS, C. M. B. (2008a) – Proto-história e romanização no monte de S.^a do Castelo, Urros, Torre de Moncorvo – análise de materiais. In *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. vol. 3. Vila Nova de Foz Côa: A.C.D.R.F.N.. p. 85-95.
- MARTINS, C. M. B. (2008b) – *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*. Braga: Universidade do Minho (Cadernos de Arqueologia. Monografias n.º 14).
- MARTINS, C. M. B. (2010) – A ocupação medieval no monte da S.^a do Castelo, Urros, Torre de Moncorvo. *Promontoria Monográfica* 13. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 2004). As épocas Medieval e Moderna na Península Ibérica. Algarve: Núcleo de Arqueologia e Paleoecologia/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Universidade do Algarve. p. 187-196.
- MOURINHO, A. M. (1977) – Arula romana a Júpiter aparecida em Lagoaça, Freixo de Espada à Cinta. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 23 (1). Porto, 167-175.
- OREJAS, A. e Sánchez-Palencia, F. J. (2002) – Mines, Territorial Organization and Social Structure in Roman Iberia: Carthago Nova and the Peninsular Northwest, *American Journal of Archaeology*, 106, pp. 581-99.
- ORSTED, P. (2001) – Roman gold mining. In MAGNUS, B., *Roman Gold and the Development of the Early Germanic Kingdoms*. Stockholm, Bente Magnus, 15-26.
- REDENTOR, A. (2010) – Aproximação a um esboço social da área mineira romana da Serra da Padrela (Tresminas e Campo de Jales), *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, Coord. Carla Maria Braz Martins, Edição: CITCEM, pp. 121 -162.
- SAA, M. (1960) – *As grandes vias da Lusitânia, O itinerário de Antonino Pio*. Tomo III, pp. 303-346.
- SANCHES, M. de J. (1987) – *Pré-História Recente de Trás-Os-Montes e Alto Douro*. Porto: S.P.A.E.. v. II.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, J. (1983) – La Explotacion Preromana del Oro del Noroeste de La Peninsula Ibérica. *Boletín Avriense* 13, 31-67.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J.; Orejas, A.; Fernandez-Posse, M. D. (1994). *La mano de obra en la minería romana del noroeste peninsular*, *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, IV, pp. 243-256.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1980) – O Castelo dos Mouros, Castro do Monte de S. Paulo e a sua Calçada de Alpajares (Freixo de Espada-à-Cinta). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 23 (4). Porto, 373-391.
- SERRÃO, J. V. (1974) – *As Viagens de Manuel Severim de Faria (1604-1625)*. Lisboa, 156 páginas.
- SILVA, A. C. F. (1986) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: C.M.P.F. / M.A.C.S..
- TRANOY, A. (1981) – *La Galice Romaine*. Paris: Diffusion Bocard.
- VASCONCELOS, J. L. de (1905) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. de (1918) – Coisas Velhas. *O Arqueólogo Português* 23. Lisboa, 1 série, 356-369.